



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO TÉCNICO  
E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

**MARIA LÉCY ALVES DE LIMA**

**ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN:  
SUA INCLUSÃO NA ESCOLA E NA SOCIEDADE**

**JOÃO PESSOA**

**2015**

**MARIA LÉCY ALVES DE LIMA**

**ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN:  
SUA INCLUSÃO NA ESCOLA E NA SOCIEDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ma. Izandra Falcão Gomes.

JOÃO PESSOA

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L732a Lima, Maria Lécy Alves de  
Alfabetização da criança com síndrome de Down [manuscrito]  
: sua inclusão na escola e na sociedade / Maria Lécy Alves de  
Lima. - 2015.  
23 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em PRIMEIRA  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO PARFOR EAD)-  
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio,  
Técnico e Educação à Distância, 2015.

"Orientação: Profa. Dra. Izandra Falcão Gomes, PROEAD".

1. Alfabetização. 2. Síndrome de Down. 3. Inclusão  
educacional. I. Título.

21. ed. CDD 374

MARIA LÉCY ALVES DE LIMA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Estadual da Paraíba para  
obtenção do título de Licenciatura Plena em  
Pedagogia.

Data da avaliação: 01/08/2015

Nota: 8,8

BANCA EXAMINADORA

Izandra Falcão Gomes

Orientadora: Profª. Ma. Izandra Falcão Gomes (UEPB)

Eduardo Gomes Onofre

Examinadora 1: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre (UEPB)

Rosycléa Dantas Silva

Examinadora 2: Prof. Ma. Rosycléa Dantas Silva (UEPB)

Dedico este trabalho ao meu marido e principalmente ao meu filho e minha filha, pelo apoio e carinho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a DEUS por permitir a conclusão deste curso.

À minha família, marido, filho e filha e às minhas amigas, pela força e confiança que depositaram em mim.

À minha orientadora Profa. Ma.Izandra Falcão, o meu obrigado.

A toda a equipe do PARFOR o meu agradecimento e minha gratidão.

A todos que contribuíram para este trabalho de modo direto e indiretamente.

*“Por trás da mão que pega no lápis, dos olhos que olham,  
dos ouvidos que escutam, há uma cabeça que pensa!”*

(Emília Ferreiro/2008)

## **RESUMO**

Este artigo se origina em uma pesquisa bibliográfica elaborada com o intuito de compreender melhor a Síndrome de Down. Tem como objetivo geral refletir sobre a questão de inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino. Esta pesquisa visa esclarecer os profissionais da educação e famílias sobre as condições psicogenéticas e pedagógicas de que necessitam os sujeitos com essa deficiência. Os principais autores trabalhados foram José Salomão Schwartzman, Mills, Casari, Mantoan, Voivodic, entre outros, que muito contribuíram para o esclarecimento e elaboração deste trabalho. Os resultados deste trabalho consistem no esclarecimento sobre a Síndrome Down e as possibilidades de trabalho pedagógico na alfabetização das crianças com a citada Síndrome.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Alfabetização. Inclusão.



## **ABSTRACT**

This article originates in a bibliographic research carried out in order to better understand Down syndrome. It has the general objective to reflect on the issue of inclusion of children with Down syndrome in regular schools. This research aims to clarify the education professionals and families about the psychogenetic and pedagogical conditions needed by individuals with this deficiency. The main authors worked were Joseph Solomon Schwartzman, Mills, Casari, Mantoan, Voivodic, among others, who contributed to the clarification and elaboration of this work. The results of this work is the clarification of the Down Syndrome and pedagogical work possibilities in the literacy of children with the aforementioned syndrome.

Keywords: Down syndrome. Literacy. Inclusion..

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1</b>	<b>A história da Síndrome de Down .....</b>	<b>11</b>
<b>2.2</b>	<b>Características da Síndrome de Down .....</b>	<b>12</b>
<b>2.3</b>	<b>Alfabetização da criança com Síndrome de Down .....</b>	<b>13</b>
<b>2.4</b>	<b>Inclusão da criança com Síndrome de Down.....</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>20</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>22</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é o meio viável, ou talvez o único para chegar ao desenvolvimento social de cada ser humano. Ela se desenvolve em torno da igualdade de oportunidades, em que todos os indivíduos, independente das suas diferenças, deverão ter acesso a uma educação com qualidade, capaz de responder a todas as suas necessidades. É um direito que não deve ser violado ou excluído, principalmente para aqueles com algumas limitações nas capacidades físicas, intelectuais e emocionais. Portanto, oferecer uma educação voltada para as pessoas com Síndrome de Down requer um olhar atento para seu processo de alfabetização.

O desenvolvimento do ser humano é contínuo e o processo de desenvolvimento da criança é lento. Esse processo é dividido em etapas com mudanças rápidas. Porém, o aluno que apresenta comprometimento nas áreas de desenvolvimento mostra dificuldades de aprendizagem, portanto necessita de uma atenção maior visando garantir seu atendimento integral.

No processo de aprendizagem, o professor pode utilizar em sua prática escolar materiais concretos ou situações da vida real e antes de introduzir conteúdos novos e abstratos, deve utilizar temas comuns e de forma clara. O processo de aprendizagem de pessoas com Síndrome de Down deve ser alicerçado em estímulos que devem começar desde o nascimento. A participação da família é muito importante para seu desenvolvimento integral. As pessoas com Síndrome de Down passam pelas mesmas etapas consideradas normais no desenvolvimento cognitivo, sensório-motor, operações concretas e operações formais (PIAGET, 1998).

A melhor maneira de trabalhar com pessoas com Síndrome de Down é através de estímulos com brincadeiras, usando brinquedos e material concreto, som e cor diferente. Também deve ser possibilitada a convivência com outras crianças e a participação na vida social da família, auxiliando em seu desenvolvimento emocional. É importante lembrar que as crianças com Síndrome de Down têm dificuldades para aprender certas coisas, mas aprenderão se forem estimuladas e inseridas no meio de pessoas ditas normais.

Este trabalho tem por objetivo abordar a alfabetização da criança com Síndrome de Down. O interesse por este assunto surgiu diante do desafio de alfabetizar crianças com tais limitações, uma vez que no exercício da docência me deparei com um aluno com Síndrome de Down e com a convivência com ele e suas limitações fui buscando recursos didático-pedagógicos que colaborassem com a minha prática. Assim ,fui fazendo inúmeras descobertas, dentre elas, as possibilidades e habilidades dessas crianças especiais.

A partir de leituras e observações feitas em sala de aula, fui me motivando a escrever este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e através dele apresentar ao leitor um conhecimento mais profundo sobre a criança com Síndrome de Down, suas habilidades e limitações. Este conhecimento é de extrema importância para a família e para os professores que poderão estimular adequadamente a criança proporcionando-lhe grande desenvolvimento.

Este TCC está dividido em subtítulos que visam responder à temática abordada, sendo assim distribuídos: introdução onde apresentamos a temática; a história da Síndrome de Down onde situamos seu processo de descoberta pela ciência, as características das pessoas com Síndrome de Down; a inclusão da criança com Síndrome de Down na escola e na sociedade; por fim, as considerações finais onde registramos nossas observações sobre esta experiência de estudo.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 História da Síndrome de Down

No sentido de estabelecer uma sequência lógica acerca da temática abordada, trataremos neste subtítulo da História da Síndrome de Down. Segundo Schwartzm(1999) a história da Síndrome de Down começou desde as sociedades mais antigas, visto que, em momentos históricos como na Idade Média, crianças nascidas com a anomalia eram consideradas resultado malévolos da união da mulher com o demônio. No período da Renascença era retratado pelas artes como exemplos de deformidades físicas, o que construía uma visão distorcida da síndrome e, por consequência, trazia graves punições, como a morte.

Relatos antigos da história mostram uma raça humana um tanto diferente, que na época foi descrita por muitos como mongolismo (SCHWARTZMAN, 2003). Essa denominação se explica pelo fato de se verificar expressões físicas dos portadores da síndrome como as dos nativos nascidos na Mongólia. O mesmo autor explica também que em 1866 o cientista John Langdon Down escreveu um artigo onde considerava as pessoas na condição da Síndrome como mongoloides e idiotas, ou seja, seres inferiores. Somente em 1959 o Dr. Jerome Lejeune descobriu a presença de um cromossomo extra no conjunto de cromossomos. A partir dessa descoberta um novo pensamento passa a ser construído e a Síndrome passa a ser explicada como um erro genético; portanto, diferenças genéticas em relação às outras pessoas desencadeariam características peculiares nos nascidos com um cromossomo a mais. Foi Lejeune que nomeou de Síndrome de Down em homenagem a John Langdon Down.

Confirmando o que já foi escrito por Schwartzman, somente em 1866, através de Langdon Down, houve o reconhecimento da anomalia como uma manifestação clínica. Langdon Down acreditava na existência de raças superiores e inferiores; nesse sentido ,a pessoa com deficiência mental faria parte das raças inferiores.

Explica Silva Dossen (2002) que ao longo da história outros estudos contribuíram para melhor conhecer a Síndrome. Porquanto, apenas em 1932 o oftalmologista holandês Waardenburg sugeriu que a Síndrome de Down fosse o resultado de uma aberração cromossômica. Seguidamente, em 1934 Adrian Bleyer supôs que a Síndrome de Down seria uma trissomia, com a existência de um cromossomo extra.

De acordo com Schwartzman, ao longo de muitos anos, a Síndrome de Down foi estudada e continua presente em estudos e trabalhos científicos, visto que muito ainda precisa ser conhecido e compreendido acerca da anomalia, principalmente com os avanços sociais para uma sociedade inclusiva. Por isso entender a Síndrome, como os processos conjuntivos ocorrem e como a criança se desenvolve é fundamental para se trabalhar com a criança Down de forma a ajudá-la a progredir e vencer.

A Síndrome de Down se trata de uma alteração genética e os portadores dessa Síndrome, embora apresentem algumas dificuldades, podem ter uma vida normal e realizar atividades diárias da mesma forma que qualquer outra pessoa. No subtítulo seguinte conheceremos um pouco das suas características.

## **2.2 Características da Síndrome de Down**

Uma pessoa com a Síndrome pode apresentar todas ou algumas das seguintes condições físicas: olhos amendoados, nas mãos pode apresentar uma prega com palma transversal única, dedos curtos, pálpebras estreitas e levemente oblíquas, ponte nasal achatada, língua protusa, pescoço curto, pontos brancos na íris conhecidos como manchas de Brushfield, flexibilidade excessiva nas articulações, defeito cardíaco congênito, espaço entre a hálux e o segundo dedo do pé. Outra característica da síndrome de Down: além das alterações fenotípicas, traz alterações em outros sistemas do organismo, principalmente no sistema nervoso central.

O cérebro do indivíduo com a Síndrome de Down possui uma redução, em relação ao peso se comparado a indivíduos sem a Síndrome, em cerca de 5% a 10%. Enquanto o cérebro de indivíduos adultos “normais” pesa 1.220 a 1.500 g, em pessoas com a Síndrome é de 700 a 1.100 g. Além disso, também o peso do tronco cerebral e do cerebelo, que apresenta 12,7% do peso encefálico total em crianças normais, é de 12% nas crianças com Síndrome de Down (SCHWARTZMAN, 2003, p.51).

Segundo Schwartzman (2003) algumas alterações clínicas podem surgir nas pessoas com a Síndrome de Down, como: alterações na tireoide que pode iniciar em qualquer idade, problemas cardiovasculares, problemas oftalmológicos e auditivos, problemas gastrointestinais e imunológicos, leucemias, problemas respiratórios e pulmonares, doença periodontal e o envelhecimento precoce. Apesar da aparência às vezes comum entre pessoas com a Síndrome de Down, é preciso lembrar que o que caracteriza realmente o indivíduo é a carga genética familiar, que faz com que ele seja parecido com seus pais e irmãos, ou seja,

[...] crianças com Síndrome de Down têm grandes diferenças no que se refere às suas personalidades e podem apresentar, da mesma forma que o indivíduo sem alterações cromossômicas, distúrbio de comportamento, desordens de conduta ou outros neuropsiquiátricos (SCHWARTZMAN, 2003, p. 44).

Esse esclarecimento é essencial para que se compreenda que, apesar dos determinantes padronizados pela síndrome, há um outro elemento que está associado à genética familiar, fatores associados ao âmbito endógeno. Entretanto, devemos alargar a nossa compreensão no sentido de considerar os fatores exógenos como a cultura familiar, além do papel da escola no sentido de construção desse sujeito-cidadão.

### **2.3 Alfabetização da criança com Síndrome de Down**

Na alfabetização nenhum método por si é completo; assim, o professor deve ser dinâmico e saber intervir no momento certo. Deve também acompanhar sistematicamente o desempenho de seus alunos para saber avaliar qual a melhor estratégia didática, e como está se constituindo a aquisição da linguagem na aprendizagem dos alunos, haja vista que também “nenhuma prática pedagógica é neutra, todas estão apoiadas em certo modo de conceber o processo de aprendizagem” (FERREIRO, 1986, p.31). Daí, é mister se perguntar através de qual tipo de prática a criança é introduzida no mundo da linguagem escrita, e como se apresenta este objeto no contexto escolar, pois escrever não é apenas uma habilidade motora, mas um conhecimento complexo por meio do qual a criança formula a hipótese de escrita.

É relevante que os professores tenham sempre em mente que o desenvolvimento da leitura e da escrita começa antes da escolarização para que seja possível desempenhar melhor o trabalho com a alfabetização. Neste contexto é interessante que o alfabetizador seja um observador ativo de um processo espontâneo instigando a criança a pensar, raciocinar sobre soluções que elas considerem aceitáveis e, por conseguinte, buscar compreender esse objeto social particularmente complexo que é a escrita, tal como ela existe em sociedade (FERREIRO, 1986, p.33).

A alfabetização de crianças e jovens com Síndrome de Down tem sido cada vez mais observada e concretizada, como resultado de uma expectativa mais elevada e, conseqüentemente, de maior investimento nessa aprendizagem, também pelo efeito positivo da inclusão que está despertando nos educadores a visão da diversidade e o respeito às

especificidades de cada aluno, trazendo consigo a busca do caminho de acesso aos diferentes aprendizes. O processo de aquisição da leitura e escrita em pessoas com Síndrome de Down é tema de estudo frequente de acordo com os diversos autores.

Segundo Voivodic (2008) a aprendizagem de crianças com Síndrome de Down é mais difícil, porque demora a desenvolver a linguagem, uma característica marcante na criança com esta síndrome. Portanto, crianças Down necessitam de uma estimulação específica, mas deve se considerar que, normalmente, cada pessoa, com ou sem deficiência, tem o seu tempo. Cabe à família adequar todas as atividades de acordo com as necessidades de cada criança e respeitar seus limites e potenciais.

Ao pensar em alfabetização, antes de tudo deve-se compreender e respeitar as diferenças individuais. Assim como há diferenças entre as crianças consideradas “normais”, há também diferenças entre as crianças com Síndrome de Down. Mas, podemos partir do princípio que as crianças com Síndrome de Down, comumente, apresentam dificuldades na aquisição de linguagem, que já foi dito que é essencial no processo de alfabetização. Outras habilidades psicomotoras, como o esquema de imagem corporal, percepção, coordenação motora, orientação espacial e temporal, lateralidade e atenção, são também requisitos no processo pedagógico, e podem estar limitadas na criança com Síndrome de Down. Desta forma, a prontidão para alfabetização se torna imprescindível, e para isto se faz necessário ter o conhecimento real do aluno, não só de suas limitações, como principalmente, de suas habilidades, ou seja, o seu potencial para o aprendizado. Como qualquer criança, o conhecimento acontece afetivamente, prazerosamente, de forma que desperte o interesse e, para isto, a situação lúdica é essencial.

Nesse sentido, as crianças portadoras dessa síndrome, ao serem alfabetizadas, devem ter as informações apresentadas gradualmente, uma vez que a criança com Síndrome de Down apresenta dificuldades em reter muitas informações; assim, para favorecer a retenção, elas devem ser contextualizadas, e não fornecidas de modo isolado. Os professores devem estar atentos, constantemente, às relações comportamentais do aluno, ou melhor, às suas reações afetivas, valorizando suas conquistas e incentivando-os às novas. Ainda em sala de aula, proporcionar dinâmicas grupais, nas quais se estimule a cooperação e interação entre os alunos e aceitação social da criança.

Durante o processo educacional, a interação da escola com a família é extremamente importante, pois permite que esta participe das atividades que o filho vem desenvolvendo, permitindo maior compreensão de crianças e maior colaboração no seu desenvolvimento, minimizando, ainda, suas dúvidas e ansiedade sobre o processo de alfabetização da criança.



A interação da escola, com os profissionais envolvidos com a criança visa também contribuir para o seu desempenho escolar e desenvolvimento global (terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psicomotricista, médicos, entre outros). Conhecer as limitações do aluno e principalmente suas habilidades, de maneira que possa explorá-los e ampliá-los por meio de vivências de inúmeras e diversas experiências. Os aspectos psicomotores como já foram dito, são essenciais para a prontidão da alfabetização; o corpo e suas relações com o meio são referências para qualquer tipo de aprendizagem. Portanto, incentivar e explorar as atividades corporais e expressivas (se possível, fazer uma parceria com o educador físico da escola).

A criança com Síndrome de Down apresenta dificuldades de abstração e, por isso, devemos trabalhar com o concreto. É importante que a criança manuseie os objetos, interaja com eles e, a partir destes, vá processualmente construindo sua aprendizagem. Proporcionar situações prazerosas de aprendizagem que facilitem o desenvolvimento de diferentes atividades (motoras, cognitivas, emocionais e sociais), conseqüentemente, ocasionarão maior elaboração de pensamento.

O educador deve estar atento ao fato de que na construção da escrita e compreensão da leitura se faz necessário que o aluno, não somente adquira a linguagem, como também articule corretamente os fonemas, ou seja, fale corretamente, o que, comumente, não é o caso nas crianças com Síndrome de Down. Assim a parceria com um fonoaudiólogo é muito importante.

As habilidades manuais e postura corporal devem ser trabalhadas, uma vez que a escrita requer estas funções; embora certa inabilidade talvez não impeça o processo de alfabetização, mas, pode, ao menos, dificultá-lo.

O processo de aprendizagem deve ser contextualizado com a realidade do aluno. Enfim, desejar alfabetizar crianças com Síndrome de Down significa ter que considerar as diferenças individuais e saber conhecê-las e respeitá-las; este é o princípio de tudo. Segundo Werneck (1995),

[...]os portadores de Síndrome de Down têm capacidade de aprender,[...] depende da estimulação recebida e da maturação de cada um, o desenvolvimento afetivo e emocional da criança também adquire papel importante [...](WERNECK, 1995, p.164).

A capacidade de aprender das crianças com Síndrome de Down está associada aos estímulos e o acompanhamento que receberá ao longo do seu processo de desenvolvimento. A família, a escola e o Estado devem garantir que a inclusão dessa criança se efetive.

#### **2.4 A inclusão da criança com Síndrome de Down**

No Brasil a educação que visa inserir as crianças com deficiências no ensino regular se fundamenta na Constituição Federal de 1988, a qual garante a todos o direito à igualdade (art.5º); no seu artigo 205 trata do direito de todos à educação, visando ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2004). O artigo 206, inciso 1, da citada Constituição, coloca como um dos princípios para o ensino a “igualdade de condição de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 2004).

Ainda em conformidade com a Constituição, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº198, de 13 de junho de 2001, aprovou nova lei baseada no disposto da Convenção da Guatemala, que trata da eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa portadora de deficiência e deixa clara a impossibilidade de tratamento desigual aos deficientes (BRASIL, 2004). Paralelamente a estes documentos, declarações internacionais, como Declaração Mundial sobre Educação (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) reforçam movimentos em favor de uma educação inclusiva afirmando uma situação de igualdade de direitos entre cidadãos.

Atualmente discute-se a questão da inclusão social que tem sido tema de diversos debates entre pesquisadores, educadores, assistentes sociais e áreas que cuidam de pessoas com Síndrome de Down. Inclusão significa parceria, reconhecer o outro, aceitar e ser aceito.

A escola jamais deve trabalhar esse processo isolado, precisa da construção tanto da família como da sociedade. A família é o primeiro e o mais importante contato da criança com Síndrome de Down com o mundo e suas relações, dando-lhe suporte para a ampliação do contato social com elementos da sociedade juntamente com a escola num movimento de inclusão. A escola deve dar chances para que seus alunos alcancem sua cidadania, sejam eles pessoas com deficiência ou não.

A inclusão é, portanto, um processo que contribui para um novo tipo de sociedade através de transformações pequenas e grandes, seja nos ambientes físicos, na mentalidade das pessoas e do próprio sujeito de necessidades educativas especiais. Sendo assim, o sistema educacional também deve se preocupar em incluir-se de acordo com as necessidades que o

aluno possui, porque a escola é a ampliação da vida das crianças em sociedade, e não poderia ser diferente com pessoas que nascem com a Síndrome de Down.

De acordo com Voivodic (2008), é importante ressaltar que a instituição de ensino não deve privar a pessoa com deficiência de experiências que são úteis para seu aprendizado e seu ajustamento social. A criança precisa receber estímulos desde pequena para alcançar maior qualidade de vida e o desenvolvimento nas áreas de cognição.

É necessário, porém, romper com o mecanismo genético e considerar que o desenvolvimento da pessoa com Síndrome de Down resulta não só de fatores biológicos, mas também das importantes interações com o meio (VOIVODIC,2008,p.46).

Para Mantoan (2006) a inclusão escolar é uma maneira de mudar a ideia de que o fracasso escolar seja de responsabilidade somente do aluno e conseqüentemente enxergar que é um resultado do próprio ensino ministrado nas escolas. A inclusão é uma prática recente que precisa ser aceita e entendida; implica em mudanças de paradigmas e perspectivas educacionais que visem não só as pessoas com deficiência, mas a toda a comunidade escolar.

Nos dias atuais ouve-se falar do fracasso escolar, evasão de alunos e situações de exclusão e inclusão social. Contudo, não é percebido que o fracasso escolar não deriva do aluno, mas de toda a equipe escolar que, em certa medida, reluta em não admitir sua responsabilidade nesse fracasso, ou seja, não busca inovar suas ações para reverter esse quadro. Segundo Mantoan (2006), o professor se esconde na velha forma de ensinar e reduz seus alunos a meros expectadores. Dessa maneira, a segregação acontece, de forma consciente ou não, pois cria espaços e programas para atender os alunos rotulados como agressivos, hiperativos, deficientes etc.

O mesmo autor também afirma que a escola se apresenta em infinitas formas de ser; por conseguinte, uma escola que obriga o aluno a ser simplesmente aluno, esquece-se que a escola é um lugar destinado ao aprender no sentido mais amplo: de ser pessoa, cidadão crítico e autônomo e não deve ser rotulado em moldes e estereótipos. A escola tão sonhada que ofereça aos alunos um ensino de qualidade e que se encaixe no plano da inclusão é aquela que alcança, portanto, o objetivo de formar seus alunos para a cidadania, a escola que trabalha a interdisciplinaridade como meio de conhecer o mundo. “Em suma: as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas” (MANTOAN, 2006, p.45).

Dessa forma, as crianças aprendem a valorizar e respeitar as diferenças e entendem por meio de convivência, participação e interação o verdadeiro sentido de uma sociedade humanitária. Assim, situações excludentes não mais passam despercebidas dentro da comunidade escolar, e o professor conseguirá realizar o ensino de qualidade e ensinar a toda a turma. Ensinar a turma toda é atender sem discriminação cada aluno e focar no conhecimento para a vida, com o ensino desprendido de grade curricular ou preso a conteúdo didático imposto em uma forma padrão; contudo, o professor deve estar ciente do tempo de construção e competência de cada aluno e avaliar cada desempenho.

A educação inclusiva é um movimento mundial fundamentado nos princípios dos direitos humanos e da cidadania, tendo por objetivo eliminar a discriminação e a exclusão, para garantir o direito à igualdade de oportunidades e às diferenças, transformando os sistemas de ensino, de modo a propiciar a participação de todos os alunos, com foco específico naqueles que são vulneráveis. A educação especial é uma área de conhecimento que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de crianças especiais e incluí-las no processo educacional.

Historicamente, o atendimento educacional à criança com deficiência era realizado apenas em escolas especiais, fato que trouxe consequências negativas e segregacionistas, pois, imaginava-se que elas eram incapazes de conviver com crianças sem deficiência. “Hoje, com a política de inclusão, a educação infantil é a porta de ingresso ao sistema educacional para boa parte das crianças, devendo o atendimento educacional especializado ser ofertado na própria creche ou escola onde a criança foi matriculada”, afirma Cláudia Pereira Dutra, Secretária de Educação Especial do MEC (BRASIL, 2007). Segundo Denise de Oliveira Alves (2007) muitos pais, por desconhecimento resistem à inclusão, preferindo deixar seus filhos em casa do que em escolas especiais. À medida que as práticas educacionais inclusivas ganham maior visibilidade as famílias entendem os benefícios dos espaços heterogêneos de aprendizagem para os filhos.

Falar sobre inclusão hoje em dia é muito comum, mas é preciso que haja mais do que discursos, é necessário antes de tudo uma mudança de pensamento da sociedade em relação a esse problema. As escolas precisam mudar sua postura de querer jogar toda a responsabilidade para as instituições da educação especial, os educadores devem se preparar mesmo que não haja nenhum aluno com deficiência em uma turma, os pais devem ensinar aos seus filhos o respeito ao próximo seja ele quem for, a sociedade deve abraçar a causa e cobrar dos órgãos competentes ações que proporcionem a inclusão. Sendo assim,

a educação de crianças com Síndrome de Down, apesar de suas complexidades não invalida a afirmação de que têm possibilidades de evoluírem. Com o devido acompanhamento, poderão tornar-se cidadãos úteis à comunidade embora seus progressos não atinjam os patamares das crianças normais (SCHWARTZMAN, 1999, p.262).

O desafio da inclusão está desestabilizando as cabeças dos que sempre defenderam a seleção, a divisão do ensino nas modalidades especial e regular, as especializações e especialistas, o poder das avaliações, da visão clínica do ensino e da aprendizagem. O difícil é convencer toda a comunidade escolar da importância da inclusão, fazendo-se entender que todos são capazes de aprender independente de sua condição de ser especial ou não.

A garantia do acesso e permanência com sucesso nas escolas comuns regulares significa um patamar prescindível de cidadania para pessoas com deficiência, na opinião de especialistas. A inclusão é extremamente favorável à eliminação de posturas excludentes, pois a partir da convivência na heterogeneidade as crianças aprendem, desde cedo, a não discriminar. Estudos comprovam o desenvolvimento de práticas colaborativas e valores como a solidariedade e o respeito às diferenças (ALVES, 2007).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho de pesquisa foi alcançado, considerando que as pesquisas bibliográficas trouxeram o entendimento e compreensão da Síndrome de Down, suas características, e como as crianças se desenvolvem física e intelectualmente. Questionou-se a inclusão dessas crianças na rede regular de ensino, por intermédio das leis que garantem o direito de educação para todos e ainda foi possível relacionar o ensino-aprendizagem à família e à escola, reconhecendo sua real importância para o bom desenvolvimento da criança com Síndrome de Down. Constatamos que a educação das crianças com Síndrome de Down é possível, pois as crianças são capazes de aprender.

A partir dessa discussão, ressaltamos que a inclusão deve ser ampla no sentido de atender não só a criança, mas toda a sua família, que precisa de orientação pedagógica e acompanhamento de profissionais da saúde, para que a qualidade de vida tanto da criança quanto de seus familiares seja cada vez mais aprimorada, visto que no passado foram marginalizadas, escondidas e excluídas da vida social.

Sabemos que a ação educacional e familiar é fundamental para as crianças com Síndrome de Down, pois estas apresentam necessidades educacionais próprias de aprendizagem relacionadas aos caracteres específicos, que devem ser investigados, reconhecidos e trabalhados através de técnicas apropriadas.

Contudo, devemos considerar que essas crianças possuem um desenvolvimento particular, fruto de condições genéticas e sócio-históricas próprias, o que direciona as ações educacionais.

Para isso, é fundamental que sejamos humanos e estejamos dispostos a encarar esse indivíduo não como inferior, mas sim, como aquele que tem limitações, mas que têm todo direito como nós ditos “normais” de ocupar o seu espaço social, desenvolvendo a apreciação pela diversidade individual multicultural; que paremos de estereotipar, julgando pela aparência física; que a sociedade tome consciência que os portadores de necessidades especiais são pessoas capazes de conseguir realizar suas atividades conforme suas necessidades.

De acordo com as pesquisas e descobertas sobre as habilidades e capacidades encontradas no portador de Síndrome de Down, acredita-se num futuro melhor para essas pessoas, pois as mesmas já provaram ter capacidades para um bom desempenho na escola, no trabalho e na sociedade. Entretanto, elas só terão chance de conquistar seu espaço e sua independência se os familiares e profissionais trabalharem a importância da estimulação que

se dá pela grande necessidade de a criança vivenciar experiências que permitam o seu desenvolvimento, respeitando sempre suas limitações e explorando suas habilidades.

Acredita-se que o futuro do indivíduo com Síndrome de Down pode vir a ser cada vez melhor devido às pesquisas e descobertas sobre a Síndrome. Nossa educação caminha paulatinamente, visto que já se nota a importância de se educar e dar a verdadeira oportunidade, pois sabemos que a criança com Síndrome de Down ou outra deficiência tem a mesma necessidade básica; isso inclui não somente o aspecto de sobrevivência, mas também de autoestima. A pessoa com deficiência vive num estado de ajustamento em consequência disso, sua vida é pautada por uma contínua busca de aprender, aspirando como toda pessoa a fazer algo que lhe dê a sensação de realizado.

Assim acreditamos que o tema central deste trabalho contribui para universalizar ainda mais o direito à educação. Pois as pessoas com deficiência devem ser ensinadas no mesmo contexto curricular e instrucional como os seus colegas de sala, baseando-se sempre no aprendizado fundamentado, como já foi dito, em atividades diversificadas e bem elaboradas para o desenvolvimento da pessoa com deficiência.

Por fim ressaltamos que a arte de alfabetizar enfrenta muitos desafios, dentre eles, o de alfabetizar crianças com Síndrome de Down, oferecendo conceitos, métodos e práticas educacionais que ajudem os profissionais e até mesmo a família dos alunos na compreensão do processo educativo, a fim de alcançar o sucesso tão esperado de cada um na efetivação da aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais, espaço para atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.
- ALVES, Fátima. **Para entender Síndrome de Down**. Rio de Janeiro: Wak, 2007.
- BRASIL.Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seep/arquivos/pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2011.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.
- \_\_\_\_\_. Ministério Público Federal, Fundação Procurador Jorge de Melo e Silva. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. Brasília: Procuradoria Federal do Direito do Cidadão, 2004.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. **Evolução da Educação Especial no Brasil**. Dados do Censo Escolar 2006 (MEC-INEP). Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp> >.Acesso em: 23 maio.2008.
- CASARIN,Sônia. Aspectos Psicológicos na Síndrome de Down. In: SCHWARTZMAN, José Salomão(Org.).**Síndrome de Down**.2. ed. São Paulo: Memno; Mackenzie,2003,p.263-280.
- DECLARAÇÃO de Salamanca. Brasília: Corde, 1994.
- FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. Tradução de Horácio Gonçalves. São Paulo: Cortez, autores associados, 1986. p. 64-85
- MONTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006. 64p.
- OLIVEIRA, A. A. S. **Um diálogo esquecido - a vez e a voz de adolescente com deficiência**. Londrina: Práxis, 2007.
- PIAGET, J. **A psicologia da Criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- SCHWARTZMAN, José Salomão. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie; Memno, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O Sistema nervoso na Síndrome de Dawn**. São Paulo: Mackenzie, 2003. p.44-81.
- SILVA, Dessen. Síndrome de Down: etiologia, caracterização, impacto na família. **Interação em Psicologia**, v. 6, p. 167-176, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://bases.birene.br>>. Acesso em: 6 maio 2011.
- VOIVODIC, Maria Antonieta M. C. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.



WERNECK. C. **Muito Prazer. Eu Existo.** 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1995.